

ONU Mulheres e parceiros lançam, amanhã (23), plataforma digital para igualdade de gênero nas eleições de 2016

A “Cidade 50-50” deverá servir de ferramenta para que se possa exigir políticas por municípios mais inclusivos e paritários. Plataforma foi desenvolvida em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Instituto Patrícia Galvão e o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades da Universidade de Brasília (Demodê/UnB)



Uma sociedade só pode ser chamada de democrática com participação igualitária entre homens e mulheres. Com o objetivo de trazer este princípio para as eleições municipais de outubro deste ano, ONU Mulheres, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Instituto Patrícia Galvão e o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Desigualdades da Universidade de Brasília (Demodê/UnB) lançam no dia 23 de setembro, às 10h, na Casa da ONU, em Brasília, a plataforma online “Cidade 50-50: Todas e Todos pela Igualdade”.

Por meio da plataforma digital, candidatas e candidatos dos 5.568 municípios brasileiros poderão se cadastrar e assumir, publicamente, compromissos com a promoção dos direitos das mulheres, durante a campanha eleitoral.

As eleitoras e os eleitores, por sua vez, ao acessarem a plataforma digital, também terão condições de identificar as propostas de suas candidatas e candidatos para este tema e, depois, cobrar a realização destes compromissos, caso sejam eleitas e eleitos.

O objetivo é que a plataforma Cidade 50-50 seja uma ferramenta importante na promoção da igualdade de gêneros na política. Um espaço a ser consultado por eleitoras e eleitores preocupados com a questão da paridade, fundamental para uma sociedade mais democrática.

A plataforma “Cidade 50-50” tem como origem os [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#), adotados pelos Estados-membros da ONU, e a iniciativa global [“Por um Planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”](#), lançada pela ONU Mulheres. As eleições municipais são um momento propício para se fazer esse diálogo. É quando candidatas e candidatos pelo país afora debatem com a sociedade sua agenda de prioridades para as cidades nos próximos quatro anos.

A plataforma estará disponível para toda candidata ou candidato já registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Basta preencher o formulário disponível no link cidade5050.org.br e enviar sua proposta de candidatura à ONU Mulheres.

Áreas de atuação - Ao acessarem a plataforma, as candidatas e os candidatos poderão assumir compromissos em seis grandes áreas de atuação:

- Governança e Financiamento: trata sobre a gestão pública com perspectiva de gênero.
- Empoderamento Econômico: assegura que os talentos, habilidades e a experiência das mulheres possam ser desenvolvidas em sua plenitude.
- Participação Política: promove oportunidades e condições para que as mulheres participem da vida pública e da política das cidades em pé de igualdade com os homens.
- Educação Inclusiva: inclui temas relacionados à igualdade de gênero e raça na educação e no cotidiano social.
- Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres: promove o fortalecimento da rede que atende mulheres em situação de violência, com qualidade e respeito, nos espaços públicos e privados.
- Saúde: chama a atenção para a implementação de serviços municipais que garantam atendimento adequado às mulheres e meninas em sua diversidade.

Lançamento da plataforma digital “Cidade 50-50: Todas e Todos pela

Igualdade”.

Data: 23 de setembro de 2016

Horário: 10h

Local: Casa das Nações Unidas no Brasil - Complexo Sergio Vieira de Mello
Setor de Embaixadas Norte, Quadra 802 , Conjunto C, Lote 17 - Brasília/DF

Informações para a imprensa:

ONU Mulheres Brasil

Isabel Clavelin - isabel.clavelin@unwomen.org

61 3038 9140 | 98175 6315

onumulheres.org.br

Tribunal Superior Eleitoral - TSE

Assessoria de Comunicação

61 3030 7083 - imprensa@tse.jus.br

tse.jus.br

Instituto Patrícia Galvão

Géssica Brandino - gessicabrandino@patriciagalvao.org.br

11 3262-2452 | 97619-8964

agenciapatriciagalvao.org.br

In Press Porter Novelli

Luciana Miranda - luciana.miranda@inpresspni.com.br

61 3049 9563 | 98144 0202

As fronteiras da zika: ‘Só

atentaremos à epidemia quando chegar a grandes centros', diz antropóloga

“Como o epicentro da doença é no sertão nordestino, não damos a ela o destaque devido”, diz a antropóloga Debora Diniz, autora de livro sobre a epidemia

[\(Folha de S. Paulo, 10/09/2016 - Acesse no site de origem\)](#)

Durou um dia só. Debora Diniz estava em Alagoas, seu Estado natal, quando percebeu manchas no próprio rosto e na barriga. A coisa evoluiu para dor nas articulações, conjuntivite e uma ânsia danada, que a fez vomitar. Aquilo tinha cheiro de zika. E era. A antropóloga de 46 anos, que pesquisava sobre a contaminação do vírus para um documentário, sentiu na pele e nas dobras do seu corpo o efeito de uma ameaça que a OMS declarou (e redeclarou) global.



Ameaça global porque em contínua expansão pelo mundo. E porque

associada a uma doença simplificada na palavra “microcefalia”, mas que está mais para uma síndrome, que já afetou 1.845 bebês brasileiros. Tão complexa é a doença que várias perguntas sobre a zika continuam atormentando cérebros e corações. Bebês que não nasceram com microcefalia, mas que carregam o vírus consigo, podem desenvolver a doença mais pra frente? Mulheres podem passar o vírus para parceiros e parceiras pela relação sexual? Por que o Alto Sertão do Nordeste concentra os casos da síndrome no País?

O documentário de Debora, feito na cidade paraibana de Campina Grande e chamado simplesmente de Zika, foi debatido em abril na Universidade de Yale, nos EUA. Impactada com o que viu e sentiu, ela foi adiante e escreveu um livro, Zika, do Sertão Nordestino à Ameaça Global, lançado no último dia de agosto pela Civilização Brasileira, em Brasília. Em quase 200 páginas, a também professora da UnB e da Fundação Oswaldo Cruz escarafunchou relatórios, documentos e vidas severinas para mostrar como a ciência da zika foi peculiar no Brasil.

Debora trouxe à luz desigualdades regionais contrapondo médicos à beira do leito e cientistas de laboratório. Mas também levantou uma enormidade de mulheres que se vê desesperada entre um breve dia de incômodo e o destino de eterna cuidadora. “E vem por aí a segunda geração, com fetos já diagnosticados”, alerta a antropóloga. A diferença é que as gestantes estão escondendo dos médicos os sintomas que tiveram, numa espécie de autonegação. “A felicidade do pré-natal desapareceu do Sertão nordestino”, completa Debora. Pensando no risco para a saúde psíquica dessas mulheres, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, encaminhou nessa semana ao STF parecer favorável ao aborto em casos de grávidas contaminadas pelos vírus. A Igreja e algumas entidades civis se posicionaram contra o aval.

A seguir, a entrevista com a antropóloga, feita em duas etapas, uma delas quando Debora participava de um encontro em Sauípe, na Bahia, com 1.800 mulheres. Ele estava previsto para abril, mas foi adiado por precaução contra a zika.

Seu livro conta a história da zika a partir do Nordeste. Por que essa opção?

Porque, embora falemos de uma ameaça global, essa é uma história que teve sua gênese e permanência nos exemplos escondidos do Nordeste. A zika entrou no Brasil pelo Rio Grande do Norte, provavelmente durante a Copa. Depois houve a descoberta da epidemia de microcefalia. Tanto o anúncio da circulação da doença como o da sua relação com a microcefalia foram descobertas feitas por médicos de beira de leito e cientistas locais. E, exceto pela grávida italiana que contraiu a doença quando morou em Natal, e cuja identidade revelo no livro, todas as pacientes são mulheres nordestinas.

A sua origem nordestina a aproximou das suas fontes?

Nasci em Maceió, mas morei só um ano lá. E morei em Recife por uns seis anos, até que minha família foi para o Rio. Mas tive todas as férias da minha vida na casa dos meus avós em Alagoas. De qualquer forma, para as mulheres que entrevistei, talvez eu nunca tenha sido uma nordestina. Pela ausência de sotaque, e também pelo mundo de onde eu vinha. Falar de Brasília é falar de um centro de poder. E essas cidades do sertão são frágeis, vivem sob a herança do coronelismo. Então essas mulheres me ajudaram a saber o lugar da criança e o lugar dos médicos nessa estratificação simbólica do cuidar. Elas me ajudaram a domesticar meus cacoetes urbanos. Vi nisso um exercício de escuta.

Você também revelou as disputas por crédito na descoberta da doença e da relação dela com a microcefalia. Como chegou a esses bastidores?

Uma das ambições deste livro foi usar o tempo todo uma técnica básica do jornalismo: a triangulação da informação. Quando um dizia “Fui o primeiro a descobrir”, eu pedia os pareceres para ver as datas; quando o outro afirmava “Fui o primeiro a publicar”, eu perguntava “Onde estão as comunicações com quem você trabalhava?”. Então, no capítulo que trata das descobertas da zika, falo em “escândalo científico” que envolve Paraná e Bahia. A Bahia é a primeira a anunciar a descoberta do vírus, em 29 de abril de 2015. Dr. Gúbio Soares Santos o faz tendo sete amostras de sangue de doentes de Camaçari, porém não entrega todas, por achar que seria passado para trás pelo Ministério da Saúde. Mas então o Paraná refaz o teste com um teste específico e é o primeiro a publicar, porque têm acesso aos periódicos acadêmicos. O Instituto Carlos Chagas, no Paraná, é um dos maiores

laboratórios da Fiocruz no Brasil. Eis a primeira disputa.

A segunda é entre Campina Grande e Pará.

Sim, porque o Pará tem o Instituto Evandro Chagas, vinculado ao Ministério da Saúde. O enredo é o mesmo. A dra. Adriana Melo, especialista em medicina fetal da Paraíba, que tinha avaliado o líquido amniótico de duas mulheres, vai à imprensa antes de ir à comunicação científica porque acredita que Pernambuco já sabia da relação entre zika e microcefalia, mas ninguém havia contado isso a ela. No entanto, assim como ocorreu com o dr. Gúbio, quando o Pará anuncia a informação, a dra. Adriana não vai receber crédito nenhum. O depoimento dos dois é quase de arrependimento: “Fizemos uma descoberta, mas não fomos reconhecidos”.

Você foi a única brasileira a assinar uma carta de pesquisadores à OMS solicitando o cancelamento da Olimpíada no Rio. Por que fez isso?

Pela absoluta convicção de que falamos de uma doença que tem a forma sexual de transmissão já comprovada. Esse estrangeiro poderia vir ao País e infectar a sua companheira quando voltasse. A zika é uma DST com um vetor voador. Além disso, como está muito associada à pobreza e ao Aedes, não se toca na moral sexual. O governo brasileiro não alterou sua política de saúde sexual com a epidemia. Não incluiu o repelente, não alterou os métodos de planejamento familiar. Só que, quando escrevi o fim do filme, em fevereiro, eram 40 mulheres infectadas em Campina Grande. Quando terminei o livro, eram 60. Hoje são 120. Triplicou.

É a segunda geração?

Sim. As mulheres já estão grávidas e com diagnóstico de síndrome nos fetos. Mas antes de a imagem aparecer elas escondem o adoecimento por zika. É o que ocorre hoje no ambulatório da dra. Adriana, que é de referência. A gestante é encaminhada a ela, mas quando chega lá nega ter tido os sintomas. Diz que foi uma doença parecida com zika.

Elas estão com medo do diagnóstico?

Claro, o diagnóstico é uma sentença. Não temos interrupção de gestação, não temos tratamento, não temos cura. A felicidade do pré-natal desapareceu na terra da zika. “Eu não vou falar disso porque não vai acontecer comigo!” Eu

me pergunto como a ciência está tratando esse dado. O critério de ter tido sintomas de zika é fundamental na questão da microcefalia. Quase todas as mulheres com filhos afetados tiveram sintomas.

Pode ser que nelas a doença tenha sido mais grave?

Não sabemos. E saberemos menos ainda, se elas começarem a mentir ou esconder.

É importante insistir que se trata de uma síndrome, e não só de microcefalia?

É importantíssimo destacar isso porque há estudos recentes mostrando que crianças que não foram sequer notificadas nesse primeiro ano foram afetadas. Não tinham o perímetro cefálico menor que o regular, mas tinham calcificações. Isso qualifica a compreensão pública.

A epidemia terá o mesmo pico de 2015?

O pico não será tão gigantesco porque existe sazonalidade do mosquito e uma alternância da tríplice epidemia (dengue, zika e chikungunya). E 2016 é o ano da chikungunya. A zika talvez volte no ano que vem. Mas ainda não sabemos se toda a população foi afetada porque não sabemos a taxa de ataque. Como o mosquito vai migrando, ele pega regiões livres da doença. Há também as mulheres da primeira geração que podem se ver grávidas novamente. Adianta perguntar se estão de novo em risco? O ambulatório dirá “Não sei”.

O mesmo vírus, aquele que ela carrega, pode atuar numa segunda gestação?

Não sabemos, mas sabemos que o vírus continua atuando na criança mesmo depois do nascimento. Há destruição neuronal. Isso é muito angustiante para uma mulher. Quando me perguntam qual o risco de o aborto ilegal crescer com a epidemia, meu maior medo é quanto às mulheres dessa primeira geração. São cuidadoras integrais de um bebê e existe todo um drama existencial. Elas podem dizer pra si mesmas: “Eu não consigo levar isso adiante”.

A zika ficou apagada do noticiário na Olimpíada e no impeachment. Agora há a Paralimpíada e as eleições. Quando a doença ganhará o

destaque devido?

Quanto mais fronteiras ela ultrapassar, quanto mais for identificada em outros países, mais esse movimento externo romperá o nosso silêncio e provocará o agendamento devido por aqui. Ou se a segunda geração de crianças afetadas alcançar os centros urbanos, se chegar a nós. Parece que precisamos da proximidade da dor para reconhecer que há uma tragédia humanitária em curso. Quem está no epicentro hoje? Nordestinos de pouca escolaridade, eles mesmos agricultores ou filhos de agricultores. Não estamos falando de nordestinos das capitais. Falamos do Alto Sertão.

Eles existem no nosso regime de convivência?

Só se for no das empregadas domésticas. Como a gente conhece a história deles? Como migrantes.

Doutora em geologia, Márcia Abrahão é primeira mulher eleita reitora da UnB

A comunidade acadêmica da Universidade de Brasília (UnB) elegeu hoje (1º) a professora Márcia Abrahão para o cargo de reitora da instituição. Atual diretora do Instituto de Geologia da universidade, Márcia será a primeira mulher a ocupar a reitoria da UnB, com mandato de quatro anos.

[\(Agência Brasil, 01/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O professor e pesquisador Enrique Huelva, diretor do Instituto de Letras da UnB, foi eleito vice-reitor. Com 53,34% dos votos válidos, os candidatos ficaram à frente dos professores Ivan Camargo e Sônia Bão (35,19% dos votos) e Denise Bomtempo e José Manoel Sánchez (11,46%).

Márcia tem graduação (1986), mestrado (1993) e doutorado (1998) em

Geologia pela UnB. Tem pós-doutorado pela Queen's University, no Canadá, na mesma área. Além do ensino na graduação, acumula experiência como pesquisadora do CNPq e membro do Programa de Pós-Graduação em Geologia.

Entre as principais pautas da chapa durante a campanha que a elegeu, estiveram a flexibilização da jornada de trabalho para os servidores da UnB, o incentivo à capacitação e a ampliação das políticas de acolhimento e permanência. A dupla também prometeu investir na modernização da infraestrutura e estimular a excelência no ensino e aprendizagem.

Edição: Jorge Wamburg

Participantes de audiência condenam ataques racistas e homofóbicos na UnB

(Agência Câmara, 15/07/2016) A Comissão de Cultura realizou audiência pública para discutir os aspectos culturais dos recentes ataques racistas e homofóbicos que partiram de grupo extremista contra estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

No mês passado, um grupo de manifestantes foi ao Instituto Central de Ciências da UnB com megafone e bandeiras do Brasil e começou a gritar insultos racistas e homofóbicos, provocando e intimidando os estudantes. Além dos xingamentos e ameaças de agressão, os alunos dizem que foram seguidos por um motociclista no estacionamento da universidade.

Leia mais: [Manifestantes em Salvador protestam contra morte de pessoas LGBT \(Agência Brasil, 15/07/2016\)](#)

Segundo a deputada Érika Kokay (PT-DF), essa ação não é isolada e representa o momento atual por que passa o país. “Pessoas que foram lá e com todas as expressões homofóbica, sexista, racista e que depois se descobriu no processo de investigação que toda essa manifestação foi organizada. Então, ela não foi alguma coisa fortuita, ela foi planejada, organizada como uma forma de impedir que os negros pudessem estar na universidade, de impedir que as pessoas pudessem se posicionar politicamente”, afirmou a parlamentar.

A coordenadora das questões negras da Diretoria da Diversidade da UnB, Joelma Rodrigues, afirmou que é preciso que temas como esse sejam discutidos na Câmara para que os parlamentares saibam que os alunos negros estão sendo vítimas de discriminação e violência também dentro das universidades.

Para a educadora, “o que ameaça os nossos filhos e as nossas filhas não é discutir orientação e identidade de gênero. O que ameaça nossos filhos é a violência mesmo, física.”.

A vice-presidente regional da União Nacional dos Estudantes (UNE), Luiza Calvette, destacou que os alunos estão atentos e mobilizados para o combate a esse tipo de violência dentro e fora do campus universitário. “A gente tem uma UnB menos elitista, mais diversa e a gente vê nesse momento de golpe no País os grupos conservadores ascendendo, então, na UnB não é diferente.”, reiterou.

A procuradora do Distrito Federal, Luciana Loureiro, sugeriu um maior controle disciplinar dentro da universidade e a apuração da conduta desse grupo que, segundo ela, foi premeditada e criminosa.

Reportagem - Karla Alessandra

Edição - Carol Linden

Acesse no site de origem: [Participantes de audiência condenam ataques racistas e homofóbicos na UnB \(Agência Câmara, 15/07/2016\)](#)

Estudantes da UnB criam página para denunciar preconceito de professores

(G1/DF, 04/06/2016) Alunos de relações internacionais ironizam suposto destaque da graduação. Regra proíbe que frequentadores se deitem no chão; UnB apura postagens.

Alunos do curso de relações internacionais da Universidade de Brasília criaram uma página em rede social para divulgar casos de racismo, machismo, elitismo e outros tipos de preconceito vividos em sala de aula. Nas postagens anônimas, os estudantes citam episódios de assédio moral protagonizados por professores e gestores da graduação (veja imagens ao longo desta reportagem).

A página foi nomeada [“No ‘Melhor da América Latina’”](#) e ironiza o título que, segundo os alunos, foi concedido pelos próprios docentes ao curso da UnB. Até as 22h desta sexta-feira (3), 24 horas após a criação, a comunidade já tinha 1.176 inscritos.

Questionada pelo G1, a UnB informou que tomou conhecimento da página na tarde de sexta e tomará as “devidas providências”, que não foram detalhadas. Se for preciso, um procedimento administrativo será aberto na reitoria para investigar o caso.

“Tem aluno que resiste a investidas assediosas e sai com a nota e a carreira acadêmica prejudicada”, diz uma das postagens. “Professor diz que universitárias com filhos não deviam estar na universidade. ‘Tem muita mulher mãe folgada. Teve filho? Tem que aceitar que a sua vez na universidade passou. Universidade não é creche!’”, cita outra publicação.

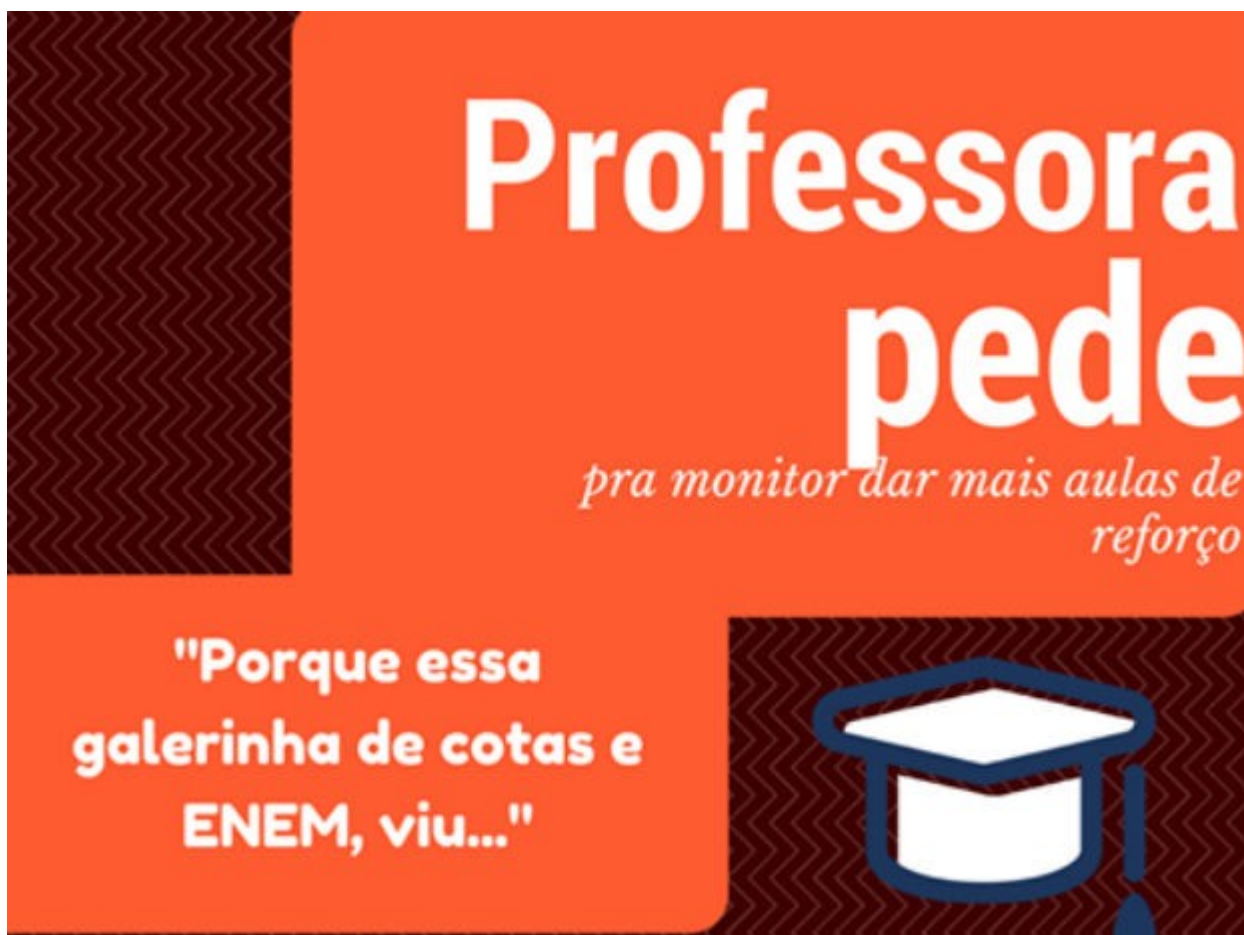
Os responsáveis pela página se mantinham anônimos até a noite desta sexta.

Em uma das primeiras publicações, eles afirmam que a autoria das denúncias, assim como o nome dos professores, seria mantida em sigilo para proteger vítimas e acusados. “A página tem como objetivo expor os absurdos vividos cotidianamente pelo alunado do departamento”, diz o texto.



Elitismo

Os estudantes afirmam que a insatisfação ultrapassa os comentários com teor preconceituoso feitos em sala de aula. Segundo eles, há regras do próprio departamento que comprometem a integração dos alunos, sobretudo os de baixa renda. Ao contrário dos outros prédios da UnB, é proibido deitar no chão e nos bancos do Instituto de Relações Internacionais.



“Não pode deitar no prédio. Quando a gente deita pra esperar uma aula, descansar, a equipe de segurança vem e diz que não pode. É uma síndrome de micropoder absurda. Fica claro que eles têm uma ideia de limpeza social. Toda hora, falam que ‘a gente não pode virar o ICC [prédio que abriga os cursos de humanidades], a gente tem que ser mais educado’”, conta uma aluna, que pediu para não ser identificada na reportagem.

Ela diz que não é responsável pela administração da página, mas ajudou a convocar os colegas de curso para um “deitaço” na próxima segunda (6). A ideia é que dezenas de alunos se deitem na área central do prédio e permaneçam no local, contrariando a regra considerada absurda.

A estudante diz que as queixas não são novidade, mas só agora atingiram um ponto insustentável dentro da faculdade. “Pessoas que já saíram do curso, estão no mestrado, no doutorado, vêm falar com a gente e dizem que as mesmas coisas aconteciam em outras épocas, mas eles não tiveram chance de questionar”, diz.

No "melhor da América Latina"

**Já teve coordenador que -
acerca de estágio - afirmou:**

**"Se precisa tanto de dinheiro
porque não fez um curso
noturno? Vai pra Serviço Social"**

O coordenador de graduação de Relações Internacionais da UnB, Roberto Goulart Menezes, afirma que uma denúncia sigilosa foi feita junto à ouvidoria da universidade e que é preciso aguardar o prazo legal para que o professor envolvido se manifeste. A data-limite é 20 de junho.

“Não compactuamos com nenhuma forma de violência de gênero e seus correlatos, somos contra o trote e toda forma de humilhação, racismo, discriminação de qualquer natureza. Na aula de recepção ao discentes no início de março deste ano frisamos por diversas vezes que eles não deviam aceitar ou se submeterem a qualquer tipo de humilhação. E que qualquer prática de trote deveria ser informada a coordenação, o corpo docente e os técnicos-administrativos”, diz.

Em outra classe, composta por apenas seis alunas, uma professora do instituto teria adotado tratamento “claramente diferenciado” com duas estudantes negras, que se sentiram coagidas e procuraram o centro acadêmico. Segundo a aluna entrevistada pelo G1, a tutora já responde a processos administrativos por comportamento racista.

Os relatos sobre racismo em sala de aula levaram o centro acadêmico do curso a convocar uma assembleia-geral de estudantes. Segundo a representante do centro Fabiana Sousa, mais de 200 graduandos participaram da reunião e encaminharam outras denúncias.

“Temos diversos relatos contra vários professores, embora alguns sejam ‘unanimidade’ em reclamações. Na gestão anterior [do centro], tentamos criar uma ouvidoria específica para o curso, mas a UnB não permitiu. Teria que ser algo aprovado em conselho, a gente corria até o risco de processo. Seguimos tentando soluções pelas vias institucionais”, diz.

Segundo Menezes, apenas o relato não é suficiente para dar andamento a um processo. Ele diz que é preciso que a denúncia seja registrada por escrito e identificado, como prevê a legislação.

“Os estudantes precisam levar o caso ao conhecimento da coordenação e da direção, por escrito e protocolado. Até o momento, nenhuma denúncia foi formalizada junto à Coordenação de Graduação.”

Fabiana diz desconhecer os autores da página na internet, mas defende o anonimato como forma de evitar perseguições em sala de aula. “Nós conhecemos a posição geral da UnB sobre isso, que prefere resolver internamente sem levar a público, mas percebemos na assembleia que os alunos consideram os processos internos da UnB insuficientes.”



Outros cursos

Em outras ocasiões, alunos da UnB também usaram a web para denunciar casos de assédio e preconceito nas salas e corredores da universidade. Em dezembro, professores do curso de comunicação foram surpreendidos por recados anônimos colados nas portas das salas, com críticas ao método e ao ritmo das aulas.

As mensagens resultaram de uma atividade proposta pelo professor Gustavo de Castro, em uma disciplina sobre estética e comunicação. Ao G1, ele disse reconhecer que a ideia "saiu do controle", mas afirmou que a relação hostil de alunos com professores não piorou, nem se resolveu com a dinâmica.

Duas semanas depois da atividade, a reitoria da UnB recebeu um dossiê contra um dos professores do mesmo departamento, com uma série de denúncias de assédio moral e sexual contra alunas, em sala de aula. Os relatos começaram a surgir nas redes sociais a partir da campanha #meuamigosecreto, feita no fim de novembro.

Em março de 2014, estudantes da UnB já tinham criado uma página coletiva na internet para reunir casos de assédio entre alunos, professores e outros membros da comunidade acadêmica. Em menos de um mês, o espaço recebeu 152 mensagens e ganhou 5.087 seguidores. A então secretária da Mulher do DF, Olgamir Amâncio, classificou a iniciativa como “interessante”.

Acesse no site de origem: [Estudantes da UnB criam página para denunciar preconceito de professores \(G1/DF, 04/06/2016\)](#)

Viva Maria: Pesquisadora defende combate à violência contra mulheres nas universidades

(Radioagência Nacional, 24/05/2016) Viva Maria participa hoje (24) do Programa Diversidade em Debate na UnB TV. O trabalho é fruto de um esforço de conclusão de curso do aluno graduado da Faculdade de Comunicação, Caio Albuquerque, e promete discutir não só as leis que estão em vigor, para proteção das mulheres, com ênfase na Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio, mas também pretende discutir a violência nos próprios limites da Universidade de Brasília, a partir da presença da professora Tânia Montouro, da disciplina Comunicação e Gênero e também da professora Lourdes Bandeira, coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher do Departamento de Sociologia da UnB.

Acesse no site de origem: [Viva Maria: Pesquisadora defende combate à violência contra mulheres nas universidades \(Radioagência Nacional, 24/05/2016\)](#)

Especialista comenta situações de violência contra a mulher

(EBC Rádios, 20/05/2016) O Viva Maria atualiza os desdobramentos de uma notícia inesperada. Pra quem ainda não sabe, a Procuradoria-Geral da República pediu, pela segunda vez, à Alemanha a homologação da sentença de Marcelo Bauer, condenado a 14 anos de prisão pela morte da ex-namorada e estudante de letras da UnB, Thais Muniz Mendonça. Como sabemos, Marcelo fugiu para a Europa após ser denunciado pelo Ministério Público, em 1987. Ele chegou a ser preso na Dinamarca, mas fugiu e reside hoje na cidade de Flensburg. O Brasil já pediu a extradição à Alemanha, mas o pedido foi negado devido à cidadania conquistada por Marcelo.

De qualquer forma, no afã de continuarmos unidos na luta por justiça, queremos, em memória a Thais, lembrarmos um caso semelhante que aconteceu na UnB em março deste ano: o assassinato da estudante Louise Ribeiro por Vinicius Neres, réu confesso de sua ex-namorada. Na oportunidade, Viva Maria entrevistou a professora Ellis Regina sobre o caso. Vale a pena ouvir de novo.

Nesta edição, Viva Maria ainda faz questão de agradecer, publicamente, o convite que acabou de receber do aluno de graduação do curso de Comunicação na Universidade de Brasília, Caio Albuquerque.

Clique no player acima e ouça o programa na íntegra.

Desde o início da década de 80 as mulheres sabem: têm voz no rádio brasileiro. Com mais de 30 anos dedicados à defesa dos direitos da mulher, o Viva Maria apresenta temas relevantes e entrevistas com personalidades que contribuem para a melhoria da vida da mulher. Em formato de programete, o Viva Maria é presença garantida na programação das Rádios EBC.

Acesse no site de origem: [Especialista comenta situações de violência](#)

Universidade de Brasília e ONU Mulheres realizam aula pública sobre violência de gênero

(ONU Brasil, 04/05/2016) Encontro na semana passada reuniu membros da comunidade acadêmica para discutir o que fazer diante de episódios de violência envolvendo mulheres e como reagir à discriminação de gênero.

Com o apoio da ONU Mulheres, a Universidade de Brasília (UnB) realizou na semana passada (25) uma aula pública sobre discriminação de gênero e sobre como agir diante de episódios de violência envolvendo o público feminino. A data do evento marcou o Dia Laranja pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.



Discriminação e violência de gênero foram tema de aula pública na UnB. (Foto: UNIC Rio/Marcelle Felix)

A iniciativa foi mais uma das ações que a UnB tem promovido para enfrentar a violência contra as mulheres. Na instituição, estratégias de conscientização foram fortalecidas após o assassinato da estudante de biologia Louise Ribeiro, de 20 anos. O crime aconteceu em março de 2016 dentro da universidade e foi cometido pelo ex-namorado e colega de curso da vítima.

Aberta a toda a comunidade acadêmica, a aula foi ministrada pela professora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM), Lourdes Bandeira. O encontro foi organizado em parceria com a Diretoria de Diversidade do Decanato de Assuntos Comunitários da UnB. A ONU

Mulheres e a campanha do secretário-geral da ONU “UNA-SE pelo fim da violência contra as mulheres” também prestaram apoio.

[#DiaLaranja](#) Profa. Lourdes Bandeira, Sociologia e Nepem da [#UnB](#), faz aula pública sobre violência contra as mulheres pic.twitter.com/x7LmlxDEjo

— ONU Mulheres Brasil (@ONUMulheresBR) [25 de abril de 2016](#)

Pesquisa revela panorama da violência de gênero em universidades

Uma pesquisa de 2015 sobre a violência de gênero nos meios universitários - feita pelo Instituto Avon e o Data Popular com o apoio da ONU Mulheres - revelou que, para reverter o cenário de violência, tanto mulheres (95%) quanto homens (88%) acreditam que a faculdade deveria criar meios de punir os responsáveis por agressões contra mulheres na instituição.

A maioria dos públicos feminino (78%) e masculino (64%) também concorda em incluir o tema “violência contra a mulher” na grade curricular.

O levantamento ouviu 1.823 universitárias e universitários das cinco regiões do país. Desse número, 60% eram mulheres e 40% eram homens. Entre as entrevistadas, 67% afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência (sexual, psicológica, moral ou física) no ambiente da universidade. Em relação à violência sexual, 28% já foram estupradas e 56% já sofreram assédio. Os dados são de 2015. Acesse o levantamento aqui.

UnB e ONU Mulheres: parceiros desde 2015

No início de abril, a UnB e a ONU Mulheres já haviam promovido o encontro “A Construção coletiva de ações para o enfrentamento à violência contra as mulheres”. Entre o programa estabelecido pela iniciativa, está a realização de debates, aulas públicas e palestras voltadas à eliminação da violência contra as mulheres em todos os dias 25 de cada mês. A data é celebrada mundialmente como o Dia Laranja pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Em junho de 2015, a Universidade aderiu ao Movimento ElesPorElas

("HeForShe") de Solidariedade pela Igualdade de Gênero - proposto pela ONU Mulheres para mobilizar especialmente os homens e meninos na defesa dos direitos de mulheres e meninas.

Em outubro do ano passado, a UnB e a agência da ONU organizaram o curso de extensão "Investigação, processo e julgamento de mortes violentas de mulheres com a perspectiva de gênero", realizado na Fundação Memorial Darcy Ribeiro por meio do Grupo Candango de Criminologia, da Faculdade de Direito. Também participaram o Grupo de Estudos de Gênero e Psicologia Clínica, do Instituto de Psicologia), e o NEPEM.

A capacitação formou cerca de 30 pessoas, entre policiais civis e militares, bombeiros, delegados, promotores de justiça, defensores públicos, juízes e servidores envolvidos na aplicação das diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres - conhecidas hoje como feminicídios.

Acesse no site de origem: [Universidade de Brasília e ONU Mulheres realizam aula pública sobre violência de gênero \(ONU Brasil, 04/05/2016\)](#)

Caso Louise: estudantes entregam abaixo-assinado para reitor e pedem segurança

(Metrópoles, 30/04/2016) *Alunos sugeriram medidas para ampliar o debate sobre violência de gênero e aumentar a segurança nos campi*

A morte da estudante de 20 anos Louise Ribeiro chocou o Brasil e a comunidade acadêmica. Homenagens foram feitas, o feminicídio foi difundido na imprensa e denúncias de estupro na Universidade de Brasília (UnB) começaram a aparecer. Em uma tentativa de melhorar a segurança nos

campi e debater sobre a violência de gênero, um grupo de alunos entregou um abaixo-assinado, com 2.839 assinaturas, para o reitor Ivan Camargo. O encontro ocorreu na sexta-feira (29/4).

Na ocasião, Marcelo Holanda, Gabriela Santos e Milena dos Passos, que também participaram da elaboração da petição (criada na change.org), conversaram com o reitor sobre a importância de debater o assunto. “Esse tema precisa permanecer nas salas de aula. Não podemos esquecer do que aconteceu. Temos que fazer um trabalho de conscientização e alertar, ainda, para problemas estruturais, como a falta de iluminação, mato alto e falta de segurança”, afirmou Marcelo, advogado e estudante de letras da UnB.

Os universitários contaram que, após a notícia da morte, uma professora de literatura abriu o debate durante a aula. Não faltaram relatos de mulheres que foram coagidas por ex-namorados. “Algumas falaram que andam com arma de choque na bolsa. Outras chegam a pegar até três ônibus para evitar andar sozinha na rua. É um problema grave que precisa de atenção”, frisou o aluno de letras.

Ivan Camargo confidenciou aos estudantes que o problema da violência de gênero precisa ser combatido antes mesmo de os universitários ingressarem na UnB. “Há casos de machismo durante os trotes e isso precisa ser combatido. Eu, como reitor, não consigo garantir que os trotes parem de ocorrer. Os estudantes precisam se conscientizar de que não é uma postura correta”, explicou.

“Fico satisfeito que essas ações (abaixo-assinado) estejam acontecendo. Mostra a vitalidade da UnB. É preciso combater todos os tipos de violência aqui dentro, desde destruição ao patrimônio público até o feminicídio”, completou. Ivan Camargo ressaltou que há esforço para resolver os problemas estruturais apontados pelos alunos, mas faltam recursos.

A petição será encaminhada para o Decanato de Assuntos Comunitários e discutida no Conselho de Segurança da UnB.

Confira as propostas sugeridas pelos estudantes:

1 - Convidar alunos, alunas e professores a discutirem a violência de gênero em suas classes.

2 - Oferecer um circuito de palestras, dentro dos três campi, organizado exclusivamente para o fim de debater sobre o caso de Louise Ribeiro.

3 - Ouvir sugestões dos alunos sobre melhorias que precisam ser feitas na UnB.

4 - Reforma geral da iluminação pública nos 'campi', inserção de um circuito interno de câmeras para as áreas comuns, incluindo os laboratórios onde alunos e alunas têm acesso a materiais de potencial letalidade, como o clorofórmio utilizado pelo réu confesso Vinícius.

Manifesto

Marcelo Holanda também entregou um manifesto para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e para Secretaria Adjunta da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos falando sobre a importância de preservar e fazer valer os direitos das mulheres. “Como homem e integrante do grupo LGBT, me identifico com a causa. Pois todos acabamos sendo vítimas de uma sociedade cada vez mais machista e desigual.”

No manifesto, ele pede que sejam intensificadas as campanhas de violência contra a mulher, sugere que o caso de Louise seja levado para as salas de aula e que a violência de gênero ganhe espaço no currículo do ensino médio. O documento ainda cobra, dos órgãos que atendem vítimas de violência, a contratação de profissionais capacitados.

Denúncias

A relações públicas Milena Gonçalves, 27 anos, relata que foi perseguida pelo ex-namorado por cinco anos. “Era uma ameaça velada. Ele não falava comigo, mas acompanhava todos os meus passos”, disse. A jovem tentou registrar ocorrência na delegacia, mas encontrou obstáculos.

Sozinha, Milena foi até a unidade policial e relatou o que estava acontecendo. “Eles me perguntavam o tempo todo se eu tinha certeza que

queria denunciar. Que aquilo poderia acabar com a vida do rapaz. Eu já estava fragilizada, não soube como proceder diante daquela situação”, desabafou. Ela só conseguiu viver tranquila depois que mudou de endereço.

Apesar do caso relatado por Milena, autoridades policiais ressaltam a importância de denunciar agressões, coerções e ameaças para evitar crimes hediondos. Os números do Brasil assustam. Nos 10 primeiros meses do ano passado, 63.090 denúncias de violência contra a mulher – o que corresponde a um relato a cada sete minutos no país. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), a partir de balanço dos relatos recebidos pelo Ligue 180.

Dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que a maioria desses crimes (33,2%) tem parceiros ou ex-parceiros como autores. De cada sete feminicídios, quatro foram praticados por pessoas que tiveram ou tinham relações íntimas de afeto com a mulher.

Ligue

O número 180 da Central de Atendimento à Mulher recebe denúncias e orienta mulheres vítimas de violência. As denúncias recebidas são encaminhadas aos sistemas de Segurança Pública e Ministério Público de cada um dos Estados e do Distrito Federal. Após o recebimento da denúncia, a central dá início à apuração. As ligações são gratuitas e o serviço funciona 24 horas.

Mirelle Pinheiro

Acesse no site de origem: [Caso Louise: estudantes entregam abaixo-assinado para reitor e pedem segurança \(Metrópole, 30/04/2016\)](#)

Alunas da UFRRJ relatam casos de estupro na universidade

(O Dia, 04/04/2016) Durante ato, nesta segunda-feira, jovens pediram mais segurança no campus de Seropédica

Aluna do curso de Agronomia, X., de 19 anos, costuma andar perto de grupos quando sai das salas de aula da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no campus de Seropédica, na Região Metropolitana. Assim como ela, outras mulheres têm medo de andar sozinhas pela faculdade por causa dos frequentes casos de estupros no local. O mais recente caso teria ocorrido em fevereiro, durante uma festa na própria universidade.



Alunas protestam contra casos de estupros na Rural (Foto: Reprodução Facebook)

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), a 48ª DP (Seropédica) registrou 19 casos deste crime em um ano. Para chamar atenção para o problema, as jovens fizeram um ato no prédio principal, nesta segunda-feira. Em vídeo enviado para o WhatsApp O DIA (98762-8248), as alunas aparecem vestidas de preto e gritam “não nos calaremos”. No protesto, elas pediram por mais segurança no campus e punição aos agressores.

Leia mais:

[UnB investiga cantos machistas e ofensivos nos Jogos Intercalouros \(G1, 06/04/2016\)](#)

[Alunas denunciam três casos de estupro na Rural em dois meses \(O Globo, 05/04/2016\)](#)

[Sequência de casos de estupro assusta estudantes da UFRRJ \(O Estado de S. Paulo, 05/04/2016\)](#)

[Alunas da UFRRJ mobilizam-se contra violência sexual no campus de Seropédica \(Agência Brasil, 05/04/2016\)](#)

Estudante de Letras, Y, de 21 anos, afirmou que sofreu abuso sexual duas vezes dentro da Rural, em 2014. Em uma das ocasiões, ela estava em uma festa na universidade. A jovem contou que os agressores chegaram a dopá-la, além de fotografar e filmar o ato, mas desistiram de divulgar as imagens já que um deles tinha namorada. Com medo, a aluna explica que não fez um registro de ocorrência na época porque acreditava não ter provas contra eles.

“Os estupros acontecem por vários motivos. Minhas roupas e o fato de eu estar em uma festa não dão abertura para ninguém encostar em mim e fazer o que fizeram. Sempre ando com medo agora”, destacou a jovem, que estuda na Rural há três anos.

Outra reclamação é sobre a falta de iluminação no campus. Segundo as alunas, elas precisam percorrer longos caminhos no escuro, o que aumenta o medo de sofrer algum tipo de assédio ou até mesmo um assalto. A preocupação é maior ainda para quem sai das aulas no turno da noite, por volta das 22h. Alguns estudantes precisam chegar até os alojamentos e outros vão para bairros próximos.



Mulheres também já picharam diversos muros, ruas e orelhões da faculdade para relatar os casos de abuso (Foto: Reprodução Facebook)

“A faculdade disponibiliza dois ônibus gratuitos para nos levar a esses bairros, mas o campus é muito mal iluminado e enorme. A via que liga o meu prédio até o alojamento, por exemplo, é no meio do mato e sem luz. Atravessamos com lanternas e celulares”, acrescentou Z, de 23 anos, estudante do curso de Relações Internacionais.

Além do ato que fizeram nesta segunda-feira, as mulheres também já picharam diversos muros, ruas e orelhões da faculdade para relatar os casos de abuso, com as frases “Universidade omissa”, “Machistas não passarão”, “Mulheres em luta”. Elas ainda fazem mobilizações na internet por meio de páginas que reúnem relatos de meninas que sofreram abusos sexuais, como a “Abusos Cotidianos - UFRRJ”, e pela hashtag “#meavisaquandochegar”. Nas

páginas pessoais do Facebook, as jovens colocaram a frase “Quantas terão que sofrer abusos para a reitoria tomar uma atitude?”.



Mulheres também já picharam diversos muros, ruas e orelhões da faculdade para relatar os casos de abuso (Foto: Reprodução Facebook)

Nesta quarta-feira, as universitárias vão organizar uma roda de conversa, chamada “Acolhimento das Calouras”, a partir das 17h30, para discutir sobre os problemas da Rural. Além de alunas, elas convidaram professoras e profissionais do lugar, mas deixaram claro que homens não vão entrar no auditório.

Em nota divulgada no site, nesta segunda-feira, a universidade admitiu que existem problemas de segurança no campus de Seropédica. Em relação às denúncias de violência contra mulheres, a faculdade afirmou que os integrantes da Administração Central da UFRRJ repudiam “qualquer ato de violência ou preconceito contra integrantes ou não integrantes da comunidade universitária nos espaços institucionais”. A universidade disse ainda que a violência sexual não pode ser tolerada e deve “ser apurada com todo o rigor necessário, no âmbito das esferas policiais e administrativas”.

“O aumento da ocorrência de casos de violência contra a mulher no interior das universidades brasileiras é uma dura realidade que precisa ser enfrentada pelo conjunto das instituições e pela UFRRJ. O ponto de partida passa, primeiramente, pelo reconhecimento do problema e, posteriormente, pela discussão e proposição de políticas institucionais para a sua solução”, disse em nota.

Além disso, os representantes da direção da Rural afirmaram que “consideram legítimas todas as manifestações de indignação da comunidade universitária, em especial a estudantil, sobre quaisquer atos de violência contra a mulher em seus campus e se colocam à disposição para o diálogo em busca de soluções conjuntas”.

A universidade destacou ainda que o vice-reitor, Eduardo Mendes Callado, “prestou todo apoio necessário à vítima” que sofreu o abuso em fevereiro,

acompanhou até a delegacia e o Instituto Médico Legal (IML) para exame de corpo de delito. “A Administração Central se mostra solidária às vítimas e registra um pedido de desculpas em relação a outro caso de violência, ocorrido em 2015, ao inadequado acompanhamento do mesmo”, completou.